

FIM DOS JOGOS DE PARIS

São Paulo, 16 - A JBS ampliou o alcance do seu programa de auxílio ao produtor rural na regularização de passivos socioambientais de imóveis rurais. A companhia lançou o Escritório Verde Virtual, uma ampliação do programa Escritórios Verdes JBS, que já contribuiu para a regularização de 13 mil imóveis rurais desde 2021. Com a iniciativa, a JBS permitirá que produtores de todo o Brasil acessem serviços por e-mail, telefone e WhatsApp, facilitando a regularização ambiental de suas propriedades. O Escritório Verde Virtual complementa o atendimento presencial realizado em 20 unidades da JBS e tem como objetivo fortalecer a parceria com os produtores. A nova plataforma também filtrará e categorizará demandas, agilizando o atendimento e permitindo que as equipes dos Escritórios Verdes presenciais possam focar em questões mais específicas, explicou a companhia. O atendimento virtual funcionará de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, por meio de ligações gratuitas, e-mail e WhatsApp. Segundo o diretor de Pecuária da Friboi, Fábio Dias, a novidade garante maior flexibilidade e abrangência no atendimento aos produtores. "A partir desse lançamento, portanto, a gente pretende ampliar ainda mais o acesso ao programa de forma prática e eficiente", afirmou. O Escritório Verde Virtual faz parte de uma estratégia maior da JBS, que inclui ferramentas como a Plataforma Pecuária Transparente e o Cowbot, para promover uma cadeia de fornecimento sustentável.

JBS (JBSS3): S&P Global Ratings eleva avaliação da empresa (Foto: Divulgação)

A agência de classificação de risco S&P Global Ratings melhorou a perspectiva para a nota de crédito da JBS (JBSS3) de negativo para estável, refletindo a previsão de que a alavancagem permanecerá abaixo de 3 vezes nos próximos anos, mesmo levando em conta as instabilidades do ciclo de gado no Brasil e no exterior.

Durante o pregão desta quarta-feira (16), as ações da JBS operam em alta de 1,67%, consolidando um avanço de 35,60% no ano.

De acordo com os analistas Flavia Bedran e Luciano Gremone, a diversificação da JBS desempenhou, em 2024, um papel importante na mitigação das fraquezas do setor e na sustentação geral das margens, apesar da volatilidade inerente de seus negócios de commodities.

Quais são as top “Money Picks” para este mês? O Money Times ouviu analistas de toda a Faria Lima para descobrir; veja aqui o resultado

“O desempenho comercial enfraquecido em várias proteínas e geografias, principalmente em 2023, foi consequência do excesso de oferta de carne e dos custos inflacionários que pesaram nas margens e não devem se repetir.

Além disso, os analistas estimam que a maior unidade de carne bovina da empresa nos EUA, responsável por 31% da receita líquida, não renderá EBITDA para a JBS em 2024 e na maior parte de 2025.

“Haverá uma recuperação de margem no mercado norte-americano, mas isso graças ao desempenho operacional recorde da Pilgrims Pride, da operação de carne suína nos EUA, além da Seara no Brasil, e uma recuperação na carne bovina da JBS Brasil, Austrália e Europa”, afirmaram.

Apesar disso, a S&P avalia o perfil da JBS como forte, graças à sua grande escala e diversificação. Nos últimos anos, a volatilidade do lucro da companhia aumentou.

Contudo, ao excluir as margens anormalmente altas durante a pandemia de Covid-19 e a subsequente crise de 2023, os analistas veem um desempenho operacional estável, com margens de 7% a 10% corroborando a força do negócio.

Sobre a listagem da JBS na bolsa de Nova York, a S&P enxerga alguns riscos, especialmente relacionados à estrutura acionária. “Se a J&F Investimentos SA (J&F) ficar com mais de 50% da empresa após a oferta, o que é provável, precisaríamos avaliar a qualidade de crédito do grupo”, destacaram.

Os mercados de carnes de aves e suínos têm sido fontes frequentes de boas notícias para a JBS. A mais recente foi dada nesta quarta-feira, 16 de outubro, pela agência de classificação de risco de crédito S&P Global.

A empresa anunciou uma revisão na perspectiva para a companhia brasileira de alimentos, que passou de "negativa" para "estável", além de reafirmar o rating "BBB-", que significa que a empresa tem grau de investimento, indicando baixo risco de calote.

O movimento teve contribuição, segundo o relatório da S&P, das margens ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) recordes nas operações de carnes de porcos e frangos da companhia da família Batista.

No segundo trimestre deste ano, a margem ebitda da JBS como um todo foi de 9,8%, praticamente o dobro do mesmo período do ano passado, quando havia sido de 5%.

Na ocasião, o ebitda ajustado de operações de suínos e aves da JBS, como Seara, JBS USA Pork e Pilgrim's Pride, subiu 381%, 224,4% e 119,7%, respectivamente.

Para a Seara, a S&P espera uma margem ebitda próxima a 15% neste ano, percentual bastante semelhante ao esperado para a Pilgrim's Pride, de 15,5%, e para USA Pork, de 12,5%.

O desempenho nessas duas áreas compensa o fraco resultado do ebitda esperado para a unidade de carne bovina da JBS nos Estados Unidos, na avaliação da S&P.

"Estimamos que a maior unidade de carne bovina dos EUA da empresa, responsável por 31% da receita líquida, não contribuirá com ebitda em 2024 e na maior parte de 2025. Isso ocorre apesar de as margens se recuperarem para cerca de 9% em uma base consolidada, saindo de 4,7% em 2023, graças ao desempenho operacional recorde da Pilgrims Pride, da operação de carne suína nos Estados Unidos e Seara, e uma recuperação da JBS Brasil, Austrália e Europa."

Nos dados mais recentes, do segundo trimestre deste ano, o ebitda ajustado da JBS Beef North America recuou 65,1% na comparação anual, a R\$ 151 milhões.

A S&P destacou ainda que a alavancagem da empresa da família Batista recuou "significativamente nos últimos dois trimestres" e deve terminar 2024 em 2,5x, na estimativa da agência.

No último trimestre de 2023, para efeito de comparação, a JBS havia encerrado com uma alavancagem em reais de 4,32x e, em dólares, de 4,42x.

"A perspectiva estável reflete nossa crença de que a alavancagem permanecerá abaixo de 3x ao longo dos ciclos da indústria, apesar de possíveis dividendos mais altos, despesas de capital (capex) ou aquisições, graças ao compromisso da administração com o controle da dívida e às operações diversificadas e eficientes da empresa", afirma a S&P.

A agência disse também que continua considerando como forte o perfil de risco da companhia, devido à "grande escala e diversificação", tanto geograficamente quanto em proteínas.

"Em 2024, observamos que a diversificação da JBS desempenhou um papel importante na mitigação das fraquezas do setor, sustentando as margens apesar da volatilidade inerente ao seu negócio de commodities", escreveu a S&P.

Depois de amargar um prejuízo de R\$ 1,061 bilhão no acumulado dos resultados de 2023, a companhia foi se recuperando. No segundo trimestre deste ano, por exemplo, a JBS alcançou uma receita recorde de R\$ 100,6 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,7 bilhão.

Para a S&P, o momento ruim parece ter ficado mesmo no passado. "Acreditamos que o enfraquecimento do desempenho comercial em proteínas e geografias, principalmente em 2023, foi uma consequência rara do excesso de oferta de carne e dos custos inflacionários, que pressionaram as margens, mas não

devem se repetir", escreveu a S&P.

A perspectiva da agência de rating se soma à percepção do Santander que, na semana passada, publicou um relatório em que via resultados "potencialmente fortes" para os frigoríficos brasileiros no terceiro trimestre, com destaque para JBS.

"Permanecemos otimistas em relação ao momento positivo dos lucros da JBS", escreveu o Santander.

Os papéis da empresa foram mantidos pelo banco como "outperform", ou seja, tendem a se valorizar em 51%, com o preço-alvo de R\$ 49 por ação.

Por volta das 15h30 desta quarta-feira, dia 16 de outubro, as ações da companhia na B3 avançavam 1,76%, cotadas a R\$ 34,16, ante R\$ 33,57 no pregão anterior.

Em processo que tem sido acompanhado de perto por pesos-pesados da indústria siderúrgica, de embalagens e de alimentos, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) decide amanhã (17) sobre a aplicação de direito antidump

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2024/10/16/antidumping-contra-folha-metlica-da-china-ope-csn-e-fabricantes-de-latas-de-ao-e-de-alimentos.ghtml>

Está sendo anunciado como um confronto entre titãs do mundo corporativo. Na semana passada, o McDonald's entrou com um processo nos EUA contra as quatro maiores empresas de processamento de carne do país, afirmando que elas conspiraram para aumentar o custo da carne moída.

Mas a questão em jogo é algo muito importante para os norte-americanos comuns. Se a inflação está finalmente desacelerando, por que tudo, desde ovos e hambúrgueres até quartos de hotéis de luxo, ainda está tão caro, e quem é o culpado?

Uma razão pela qual os consumidores se sentem tão pressionados é o que passou a ser conhecido como "inflação da promoção". Há cada vez mais evidências de que os preços de bens baratos subiram mais rápido do que as opções mais caras dos mesmos bens durante a pandemia. As diferenças de preço entre versões de grife e mais "populares" diminuíram significativamente no período e permaneceram assim.

Essa forma de inflação pune aqueles consumidores que são menos capazes de absorver o impacto. Compradores que usam a tática de optar por promoções para economizar dinheiro colhem menos benefícios, diz Alberto Cavallo, de Harvard, coautor de um estudo que usou dados de preços de alimentos de grandes redes de lojas para documentar "a inflação da promoção" em 10 países, incluindo os EUA.

Leia também

Os trabalhadores que se endividam para comprar comida nos EUA

McDonald's muda formato e caminha para o fim de atendentes humanos nos caixas

Consumidores dos EUA descontentes com orçamentos apertados estão apontando o dedo para as empresas: 58% disseram que grandes companhias estavam aproveitando a inflação para aumentar os preços, de acordo com a pesquisa mais recente do FT-Michigan Ross. A candidata presidencial democrata Kamala Harris procurou capitalizar esse ressentimento prometendo a primeira proibição federal de aumento abusivo de preços de alimentos.

A Câmara de Comércio dos EUA e outros grupos empresariais estão reagindo. Eles argumentam que a verdadeira responsabilidade pelos preços mais altos está nos desequilíbrios entre oferta e demanda durante a pandemia de Covid, tensões geopolíticas, aumento dos custos trabalhistas e outros gastos de insumos.

De fato, Cavallo diz que não encontrou evidências de "greedflation" (inflação de ambição em tradução livre), onde varejistas e fabricantes aumentam suas margens elevando os preços mais rápido do que seus custos estão subindo.

Colunas e Blogs

Receba no seu email uma seleção de colunas e blogs da Folha

Carregando...

Ele sugere outra razão pela qual os bens mais baratos subiram rapidamente. Os fabricantes de marcas próprias e outros produtos mais acessíveis têm margens mais estreitas e gastam menos com marketing. Assim, os custos de insumos crescentes são repassados diretamente aos consumidores e têm um impacto maior no resultado final.

Natural da Argentina, Cavallo adverte contra o recurso do controle de preços, mas isso não significa que os governos devem ficar de braços cruzados. A natureza em mudança da economia atual, que viu muitas indústrias se consolidarem e recorrerem a preços algorítmicos para maximizar lucros, pode muito bem estar fomentando novos tipos de má conduta.

A carne é um bom ponto de partida para investigar. O McDonald's afirma que o preço médio de um Big Mac aumentou 21% desde 2019, e os preços mais altos da carne representaram uma grande parte da

inflação dos preços dos alimentos durante a pandemia. A indústria também tem sido uma fonte de preocupação antitruste por mais de um século. A administração de Theodore Roosevelt trouxe um caso antitruste histórico em 1902, e as questões ressurgem repetidamente.

O McDonald's aponta que a Cargill, JBS, National Beef e Tyson Food juntas controlam até 85% do gado pronto para o mercado e estão trabalhando juntas para manter baixos seus preços de insumos e a oferta total para aumentar seus lucros. Dezenas de outras redes de restaurantes, supermercados e distribuidores de alimentos também processaram as quatro grandes empresas por preços de carne nos últimos anos. Os frigoríficos geralmente negam irregularidades, embora a JBS tenha chegado a acordos com alguns dos demandantes.

A administração Biden está tentando enfrentar os preços da carne de uma outra perspectiva, em uma abordagem que poderia se aplicar a uma gama muito mais ampla de indústrias. O Departamento de Justiça está processando a empresa de dados Agri Stats, alegando que ela suprime a concorrência entre processadores de porco, peru e frango ao coletar e compartilhar informações confidenciais sobre preços, custos e produção. A Agri Stats negou irregularidades e o caso está caminhando para um julgamento em 2025.

Os fiscais federais argumentam que o compartilhamento de dados e os algoritmos também estão possibilitando que indústrias menos concentradas ajam em conluio. O DoJ recentemente processou a empresa de software imobiliário RealPage, afirmando que sua tecnologia permite ilegalmente que proprietários de apartamentos compartilhem informações não públicas e mantenham os aluguéis altos.

Órgãos de fiscalização da concorrência também demonstraram interesse em processos do setor privado contra hotéis e cassinos pelo uso de software de precificação que se baseia em dados da indústria.

Os juízes têm sido céticos em relação a algumas dessas alegações, mas os fiscais antitruste e advogados de ações coletivas estão certos em manter as demandas. Há uma diferença entre mineração de dados inteligente e conluio anticompetitivo. Os consumidores precisam saber que alguém está policiando essa fronteira.

Empresárias debatem a força do agronegócio no Brasil enquanto lideranças femininas

No evento CARAS Country Talks, as conferencistas Belisa Souza Maggi, Débora Bortolasi e Emília Raucci destacam a crescente atuação feminina no setor agro

Emília Raucci, Débora Bortolasi e Belisa Souza Maggi - Tainara Amaral

Mulheres que são destaques no agronegócio estão reunidas nesta terça-feira, 15, no Blue Note São Paulo, no evento CARAS Country Talks – projeto idealizado para homenageá-las. A data foi especialmente escolhida por se tratar do Dia Internacional da Mulher Rural. As empresárias do setor agro Belisa Souza Maggi, Débora Bortolasi e Emília Raucci estão entre as conferencistas do painel Inovação e Desafios no Agronegócio: Como as Mulheres Estão Liderando a Transformação, que aborda economia, sustentabilidade, sucessão e inovação.

No debate, mediado pelo professor José Luiz Tejon – considerado o maior conferencista na conjugação dos temas agronegócio, marketing, liderança e superação – os convidados puderam ouvir as experiências de cada uma das conferencistas. Belisa, empresária do Grupo Amaggi, se emociona ao falar de liberdade.

“Tenho a plena consciência que sou a primeira geração da minha família que pode fazer algo de bom com o que eu estou recebendo, mas com liberdade. É a primeira. Só que essa liberdade vem com algo também intrínseco, que é essa parte de responsabilidade. Então, a gente tem responsabilidade; mas não é só uma responsabilidade com os negócios, é uma responsabilidade com a gente mesmo”, ressalta.

“É de saber quem nós somos, aquilo que a gente quer construir. A responsabilidade está atrelada aos nossos valores. E aí sim, a gente cria realidades incríveis. A gente fala tanto do mundo como ele está, mas parte de nós mudarmos essa realidade, porque nós somos as detentoras disso. Nós somos aquelas que vão repercutir isso, nessa nova era. Está muito claro isso pra mim”, completa.

Já Débora Bortolasi, diretora-executiva B2B da Vivo, fala sobre os desafios encontrados no Brasil de norte a sul. “Falando do agro, a gente tem um tema de colaboração que é muito forte. E olhando para o que a gente constrói, para tudo que a gente investe – a Vivo hoje investe muito em infraestrutura de fibra, infraestrutura de cobertura, temos operações satélite. E olhando para o agro, para todo o ambiente produtivo do agro, a gente ainda tem tanto para crescer. Trinta por cento da área produtiva do país é coberta, e a gente precisa levar tecnologia, a gente precisa levar inovação, e a gente não faz isso sozinho. E o processo de colaboração é fundamental, é fundamental olhar (...) A realidade está lá no campo, não está aqui”, fala.

“Obviamente que aqui na cidade é importante a gente desenvolver e fazer tudo o que a gente tem que fazer, mas a gente precisa entender a realidade do campo. E a gente descobre muitas empresas, muitas cooperativas, onde a coletividade, a colaboração muitas vezes nos ajuda a viabilizar projetos, coberturas, infraestrutura, conectividade, informação, para acelerar, eu acho, todo esse potencial que a gente tem no Brasil; e fazer isso de uma maneira responsável”, acrescenta.

Emília Raucci, diretora de qualidade da JBS, também participou do CARAS Country Talks. No bate-papo, a profissional, que é referência de uma das maiores empresas de proteína animal do mundo, fala sobre a força do setor enquanto liderança feminina na área. “Dentro da JBS, que é uma empresa que investe no capital humano e dá as oportunidades, tive a oportunidade e fui convidada a liderar. Tive o desafio de transformar algumas questões internas. A gente conseguiu conduzir uma transformação, principalmente valorizando o potencial do capital humano”, conta.

“Como a tecnologia, a inovação nos ajudou nisso? Transformando o monitoramento dos processos (...) De todo o papel para o eletrônico. E no começo, foi um susto para os colaboradores, foi uma mudança muito grande. E o medo? Meu Deus, será que vou conseguir fazer essa tarefa, trabalhando com tablet, trabalhando num aplicativo, trabalhando com um celular no meu posto de trabalho? E aí, a gente começou, então, o acolhimento e a colaboração dessa transformação interna”, acrescenta.

Segundo ela, o objetivo era fazer com que todos acreditassem em uma melhoria. “Porque a gente passa a utilizar muito mais o capital intelectual dos nossos colaboradores, trabalhando no dia a dia, interagindo nas grandes decisões, e não mais só num trabalho manual. E aí, a tecnologia, depois que a gente deu esse passo e foi avançando, vem fazendo parte (...) Fazendo, muitas vezes, com um passo do nosso agronegócio que tem essa grandeza toda”, salienta.

“A gente criou os escritórios verdes que dão oportunidade pros nossos fornecedores parceiros, através das nossas tecnologias de apoio técnico, de gestão, melhorar a sua produtividade. Então, buscar uma regularização socioambiental (...) A gente falou um pouquinho de sustentabilidade, a gente falou da importância de a gente preservar isso, então, isso acabou transformando, de certa forma, essa parceria com os nossos fornecedores. Uma inovação, não é só tecnológica, mas também comportamental”, finaliza.

Há dois anos, a CARAS vem dando destaque e acompanhando de perto as trajetórias das mulheres protagonistas dessa revolução, repercutindo seus propósitos e conquistas em 360°, através do seu site, por meio da coluna CARAS Country.

A iniciativa é promovida pela CARAS, apresentada por Vivo, patrocinada por JBS, Mitsubishi e FAESP e com apoio de Capoeira Café, Scania, Brie + BA5S, Orígeo, VL Accessoires e Blue Note São Paulo.

A foto de Gabriel Medina pedindo nota máxima aos juízes depois de um tubo nos Jogos Olímpicos virou rapidamente conversa social, meme e um produto Tilibra, que logo anunciou que faria um caderno com a icônica imagem. Lançado no início de setembro, o produto esgotou no primeiro dia que chegou às lojas. Mais recentemente, por ocasião das eleições municipais, o Burger King anunciou que trocava o comprovante de voto por batatas fritas gratuitas: mais uma ação certeira da rede de restaurantes.

São alguns dos cases táctica ligeira, criativa e sensível ao momento — conhecida como marketing de oportunidade —, pode ser um ótimo ativo publicitário, trazendo engajamento, estimulando conversas e brand recall e, conseqüentemente, convertendo vendas com rapidez e menor custo.

Veja a seguir dez casos brasileiros em que criatividade, rapidez e bom-senso quebraram o protocolo publicitário para provocar buzz com graça e eficiência:

Alien em Minas Gerais: “Aqui em Varginha, chamamos de documentário”: esta foi uma das tag lines vistas em diversas mídias pela cidade mineira famosa por ser um campo de observatório de extra-terrestres. A frase fazia menção à estreia do filme “Alien: Romulus”, da Disney, e foi em Varginha que o filme teve première nacional com a presença de criadores de conteúdo e imprensa especializada. Pelas ruas da cidade, em ônibus envelopados, outdoors e outros mobiliários, a frase convocou a população para divulgar a palavra, que teve enorme resultado em mídia espontânea e redes sociais.

Big Brother Brasil: O reality show é outro conteúdo que viabiliza oportunidades para diversas marcas, muito além do oferecimento de provas e festas durante a competição. Numa campanha para valorizar o sabor de suas refeições, o iFood convocou a competidora Beatriz Reis, que ficou famosa na última edição pelo seu jeito falante e extrovertido, para saborear uma massa silenciosamente. Também durante o BBB24, a Seara aproveitou o bordão do participante Davi para anunciar sua linguiça calabresa nas redes sociais. Até quem já não era mais patrocinador do reality show já tirou casquinha, de forma inteligente e legalmente correta: quando um internauta comentou, em 2023, que achava estranho ver uma prova do líder sem valer um Fiat Toro como prêmio, a montadora imediatamente respondeu ao tweet dizendo que o rapaz ganharia o carro, mesmo sem prova. A postagem logo viralizou.

Burger King e Eleições: A rede de restaurantes possui, há muitos anos, a premissa de trabalhar campanhas com criatividade e bom humor, não raro abusando de marketing de oportunidade e táticas de guerrilha. Entre as campanhas recentes, o Burger King aproveitou as eleições municipais que ocorreram no início do mês para realizar duas campanhas: na primeira, propagandas de candidatos fictícios se conectavam às promoções da marca; numa posterior, no dia das eleições, a rede anunciou que o comprovante de votação valia batatas-fritas grátis em qualquer loja, comunicação que reforçava ainda o engajamento democrático. Outras ativações recentes da marca que impactaram: Larissa Manoela, na polêmica sobre sua gestão de seu patrimônio, que foi convidada para comer hambúrguer, e Ronald, filho do ex-atleta Ronaldo Nazário, cujo nome fazia remissão ao mascote do concorrente.

Magazine Luiza: A varejista também costuma ter uma equipe afiada de marketing e agências para viabilizar táticas certeiras. Uma das mais icônicas foi acidental e literalmente protagonizada pela própria Luiza Trajano, quando a proprietária da rede caiu durante o revezamento da tocha olímpica em 2016. Ela ficou bem, mas o vídeo de sua queda viralizou e o Magazine Luiza aproveitou para derrubar os preços, numa brincadeira com a própria dona Luiza.

McDonald's: Movimentada pela forte concorrência digital na categoria de fast food, mas também atenta às conversas dos consumidores, o McDonald's também se aproveitou do radar de suas equipes de publicidade para fazer boas ativações aproveitando o momentum. Dentre os cases mais recentes, destacou-se a turnê de retorno da dupla Sandy & Júnior em 2019, que esgotou rapidamente seus

ingressos por todo o Brasil e motivou o McDonald's a fazer uma promoção com outra dupla, o "Sundae & Junior", reunindo a sobremesa com o sanduíche Chicken McJunior. Ainda antes, a rede fez história ao adotar o nome pelo qual é conhecida em cada região do Brasil, a começar por "Méqui" em São Paulo e Rio de Janeiro, alterando inclusive o letreiro em centenas de lojas. A rede utiliza o apelido em promoções e produtos até hoje. A mais recente, "É por isso que eu chamo o Méqui de Méqui", criada agência Galeria, celebra as conexões de afeto entre clientes e marca e celebrou, em setembro, o casamento de casais cuja história afetiva passar por alguma das unidades do restaurante.

Medina e Tilibra: Registrada pelo francês Jerome Brouillet, a foto de Gabriel Medina saindo de uma onda em pé, reivindicando nota máxima dos juízes das Olimpíadas de Paris 2024, logo se tornou um clássico. Esteve entre as imagens mais curtidas e compartilhadas relacionadas aos Jogos e não demorou até que algum brasileiro espirituoso a transformasse num meme, pedindo o surfista nas capas de caderno da Tilibra. A empresa foi esperta e licenciou a imagem para uma edição especial. Lançado em setembro, o primeiro lote esgotou rapidamente. Melhor oportunidade, só se os Jogos ocorressem em janeiro.

Mercado Livre: Muitas vezes é bastante tênue a linha entre formatos como marketing de oportunidade, tática de guerrilha e product placement. Pois o Mercado Livre vem conseguindo realizar suas ativações esportivas reunindo um pouco disso tudo. Na recente edição da Copa América, nos Estados Unidos, a marca entregou a bola ao árbitro para o início das partidas, utilizando um carro de controle remoto, simulando a característica van amarela da empresa e destacando seu poder de distribuição. Em outra parceria recente com o universo esportivo, o Mercado Livre instalou "placas-gandula" em jogos do Flamengo, do qual é patrocinadora, no Campeonato Brasileiro. O dispositivo devolvia bolas que saíam pela lateral do campo automaticamente.

Netflix: A plataforma de streaming é outra famosa por trabalhar com ampla liberdade e criatividade em suas ações. Numa delas, Xuxa, com seu famoso traje dos anos 1980, do meio das "cartinhas" enviadas por crianças, pegou uma que relatava o sumiço de um "baixinho", em menção a "Stranger Things". Em outra ocasião, as memes vivas Narcisa Tamborindéguy, Inês Brasil e Valesca Popozuda se fantasiaram de presidiárias para anunciar uma nova temporada de "Orange Is the New Black". Em 2017, quando a Operação Lava-Jato bombava e Brasília parecia a cenografia de um thriller político, um simples post da Netflix brasileira no Twitter — "Tá difícil competir!" — chamou a atenção para sua nova temporada de "House of Cards". Nas Olimpíadas de Paris, agora na plataforma rebatizada de "X", o perfil do streaming foi ligeiro em bloquear a colega japonesa, em represália às diversas medalhas olímpicas que o time brasileiro perdeu para atletas do país asiático.

Reserva: "Fazer do limão uma limonada" é uma expressão que ajuda a explicar muito bem o marketing de oportunidade. E foi este o mote de uma campanha expressa que a Reserva fez em 2012 para anunciar uma liquidação. A marca aproveitou o vídeo das câmeras de segurança de uma loja, que captou toda a ação de um grupo de ladrões que invadiu e roubou dezenas de peças, para comunicar uma grande promoção, com até 40% de desconto. Com uma trilha de heavy metal ao fundo que casou perfeitamente com o caos visto dentro da loja, a baratíssima e criativa campanha conseguiu atrair clientes com frases de efeito como "Não precisa quebrar a vitrine. Apenas entre" e "Corra, porque tem gente fazendo loucuras pela Reserva".

Silvio Santos: Sim, o rei da TV, que morreu em 17 de agosto passado, também deixou seu legado publicitário. Além de principal garoto-propaganda de alguns dos produtos de seu grupo, como o Baú da Felicidade e a linha de perfumes Jequiti, Silvio Santos veiculou ativações de oportunidade em várias pegadinhas de seu programa dominical, utilizadas como plataforma de lançamento de filmes,

especialmente do gênero de terror. “Invocação do mal”, “Carrie, a Estranha” e “A Maldição de Chucky” foram algumas das produções que se aproveitaram de cidadãos incautos para aterrorizá-los com espíritos de crianças, bonecos assassinos e muito sangue de ketchup. Após os vídeos irem ao ar, eles viralizavam rapidamente graças à excelente produção da pegadinha, às reações espontâneas das vítimas e, claro, a icônica risada de Silvio Santos.

Conteúdo patrocinado:

Conteúdo patrocinado é o espaço para as marcas se comunicarem com o público.

A CNN, em parceria com a JBS, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, continua a explorar o impacto transformador da companhia nos municípios onde está presente com a série “Cidades em Movimento”.

16/10/2024 às 10:56

Compartilhar matéria Copiar Link

Ao longo de vários meses, a equipe de produção percorreu mais de 12 mil quilômetros, cruzando diversas regiões do Brasil.

Foram ouvidos mais de 100 moradores, parceiros da empresa e colaboradores, em mais de 30 horas de entrevistas. Este esforço garante que cada episódio da série não apenas narre histórias, mas também revele as transformações sociais e econômicas nas comunidades abordadas.

O oitavo episódio foca na cidade de Seara, em Santa Catarina, onde a presença da JBS tem sido um motor de desenvolvimento e melhorias sociais significativas.

Este episódio apresenta uma cidade com uma população de 18.620 habitantes, que viu seu PIB per capita crescer 117% entre 2013 e 2021, após a aquisição da empresa Seara pela JBS.

A influência da empresa em Seara vai além da economia, se refletindo em infraestrutura e serviços que beneficiam a população local.

Histórias inspiradoras

Bruna Filippi, colaboradora da JBS há 14 anos, compartilha a história de sua família, que tem raízes na empresa: “Tudo o que temos hoje é graças ao trabalho que fizemos para a JBS. Somos gratos por trabalhar em um lugar que realmente cuida de nós. Minha irmã e eu crescemos vendo nossos pais trabalharem aqui, e agora nossos filhos também se beneficiam das instalações da empresa, como a creche Sonho, em que todas as cinco crianças da família foram acolhidas”.

Tânia Letícia Beneti, servidora pública municipal e mãe de Paola, de 3 anos, destaca o impacto da JBS na comunidade, mesmo para aqueles que não são empregados diretamente pela empresa. “Eu não trabalho na JBS, mas escolhi a creche que eles oferecem pela sua alta qualidade de ensino e cuidado. A creche funciona 24 horas, o que é essencial para pais que trabalham em horários variados. A JBS não apenas emprega muitas pessoas da cidade, mas suas iniciativas também melhoram a vida de toda a comunidade”, revela.

Impacto da JBS em Seara

A JBS é a maior empregadora de Seara, com aproximadamente 4 mil colaboradores diretos. A empresa desempenha um papel fundamental na economia local, mas seu impacto vai além, como evidenciado pela creche Sonho, que atende a 95 crianças, colaborando para o desenvolvimento infantil e suporte às famílias trabalhadoras.

Este episódio de “Cidades em Movimento” relata o crescimento econômico trazido pela JBS e mostra como a empresa atua como uma educadora comunitária, investindo em serviços que beneficiam diretamente as famílias locais e melhoram a qualidade de vida em Seara.

Assista à série “Cidades em Movimento”

Descubra mais sobre essas histórias inspiradoras na série “Cidades em Movimento”, apresentada pelo jornalista Carlos Tramontina.

Acompanhe todos os episódios – que serão lançados no decorrer do segundo semestre – na CNN ou no canal no YouTube e veja como a colaboração entre grandes empresas e comunidades locais pode

transformar vidas e construir um amanhã melhor para todos.

A CNN BRASIL não se responsabiliza pelo conteúdo deste publieditorial e pelas informações sobre os produtos/serviços promovidos nesta publicação.

Tópicos cidades em movimento JBS. Seara

O 'dedazo' do governo no setor elétrico

Interferência do governo Lula da Silva que propiciou ao Grupo J&F, dos irmãos Batista, vantagens na transferência de controle da Amazonas Energia confronta a Aneel e onera consumidores

Ovaivém constrangedor que desde junho cerca a transferência de controle da Amazonas Energia teria sido evitado se o instrumento legal da licitação tivesse sido acionado para a ineficiente e endividada distribuidora de eletricidade. Em vez disso, o governo Lula da Silva optou pelo método de escolher na base do *dedazo* o grupo empresarial que deveria assumir o negócio e deu início a uma queda de braço com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que, ao que tudo indica, terminará com todos os consumidores do País assumindo um prejuízo de até R\$ 14 bilhões.

A prática de se autoconferir o poder de arbítrio não é novidade no lulopetismo. Mas, desta vez, o déficit bilionário acumulado pela distribuidora do Ama-

zonas, a pouca experiência no setor de eletricidade dos postulantes à concessão, o alto risco aos mais de 60 municípios amazonenses e, acima de tudo, a resistência da Aneel em avalizar um negócio desprovido de exigência técnica mínima dificultaram o cumprimento do plano desenhado pelo governo.

A empresa escolhida pelo governo, a **Âmbar** Energia, controlada pela J&F, dos irmãos Joesley e **Wesley Batista**, esperou até o último minuto de validade da Medida Provisória (MP) 1232, elaborada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), para fechar o acordo.

A MP tornou viável a transferência de controle da distribuidora sem o ônus da dívida que ela acumula com usinas termoelétricas da Eletrobras – que, por “mera coincidência”, como disse o ministro Alexandre Silveira, do

MME, foram compradas pela **Âmbar** três dias antes da edição da MP.

Discordando das condições estabelecidas pela Aneel, que exigiam mais aportes de capital para reduzir as dívidas, a **Âmbar** chegou a anunciar desistência do negócio. No entanto, a empresa recorreu ao Judiciário e obteve uma decisão liminar que obrigou a agência a assinar o contrato nos termos que havia apresentado. Com o caso *sub judice*, restou ao diretor-geral, Sandoval Feitosa, avalizar a transferência.

O prazo da medida provisória terminou à zero hora de 11 de outubro, e a empresa assinou o acordo de última hora, mas condicionou a manutenção do negócio a uma decisão judicial definitiva que valide sua proposta ou à aprovação de seus termos por todo o colegiado da Aneel até o fim do ano.

Tudo nessa história é muito estranho. A deficitária Amazonas Energia, uma das seis distribuidoras federalizadas expurgadas da Eletrobras antes da privatização da estatal, foi arrematada em leilão em 2018, por simbólicos R\$ 50 mil. Mas o consórcio que venceu a disputa, liderado pelo Grupo Oliveira Energia, não conseguiu atingir o equilíbrio operacional e acumulou uma dívida bilionária nos últimos meses.

Ciente do problema, a Aneel chegou a recomendar a caducidade da concessão e a realização de uma licitação para selecionar um novo operador. Foi quan-

do o governo apresentou a alternativa da MP que repassou o custo dos contratos da Amazonas Energia para as contas de luz de todos os consumidores, e, de quebra, beneficiou o grupo dos irmãos Batista, propiciando a eles que adquirissem uma distribuidora saneada e que recebe energia das usinas que eles haviam acabado de adquirir.

O problema desse tipo de escolha do governo – além, é claro, da forma opaca como a transação é feita, em detrimento dos princípios constitucionais de impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – é que não faltavam candidatos ao papel de beneficiário, e os não contemplados, por óbvio, tendem a reclamar uma forma mais justa de disputar a benesse.

Outros participantes do mercado que disputavam as usinas da Eletrobras ficaram incomodados. É o que se pode depreender de uma carta enviada pelo empresário Carlos Suarez ao **Estado**, na qual ele diz que sua empresa, a Termogás, assim como Eneva, Diamante e Global, foram surpreendidas e se sentiram ludibriadas pela MP do governo que facilitou o negócio da **Âmbar** e deixou clara sua preferência por um determinado grupo.

A “solução” comprova, mais uma vez, que o apreço lulopetista aos apadrinhados que escolhe contrasta com seu descaso às agências reguladoras e, pior, aos consumidores.●

MALU GASPAR

Lobbies no setor elétrico mandam mais que interesse público

PÁGINA 3

MALU
GASPARblogs.oglobo.globo.com/opiniaio
malu.gaspar@oglobo.com.br

O apagão e os lobbies

O apagão em São Paulo fez emergir não só o retrato de uma concessionária e de governos pouco aparelhados para lidar com uma emergência capaz de deixar milhões sem luz. Fez também vir à tona o grande nó que é o sistema elétrico nacional, em que os principais atores só brigam, e os lobbies mandam mais que o interesse público.

Desde novembro de 2023, quando 2 milhões de clientes ficaram sem luz em São Paulo e noutros 23 municípios, ficou evidente que a Enel não tinha condições de restabelecer a energia rapidamente num contexto como aquele — chuva forte, com ventos de 103 quilômetros por hora.

Ao apagão, seguiu-se uma guerra de acusações. A distribuidora atribuiu o problema à força da tempestade, que não tinha sido prevista pela meteorologia, mas também à deficiência da prefeitura na poda de árvores, que caíram sobre a rede elétrica e ficaram energizadas, dificultando o conserto e a religação dos cabos.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) culpou a Enel por não colaborar com a poda, desligando a rede e autorizando a retirada. Acusou o governo federal de não tomar providências em relação à concessionária. Cobrou, ainda, que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) investigasse e punisse a Enel, já criticada por prestar mau serviço.

A reação do governo Lula foi apontar o dedo aos antecessores — acusados de promover “privatizações de maneira negligente com o setor elétrico” (a Enel, controlada pelo governo italiano, assumiu a concessão em 2018, ao comprar a AES Eletropaulo) —, montar uma sala de situação no Ministério de Minas e Energia para acompanhar a crise e cobrar da Aneel que apurasse as causas do problema.

Na berlinda, a agência concluiu ter havido demora em mobilizar equipes e descumprimento dos parâmetros de qualidade, aplicou à Enel multas que somam R\$ 260 milhões e exigiu de todas as distribuidoras de energia brasileiras a apresentação de planos de contingência para eventos climáticos extremos. A Enel apresentou seu plano no mês passado, mas ainda contesta a multa na Justiça.

A partir da última sexta-feira, quando houve nova tempestade em São Paulo, com rajadas de ventos de mais de 100 quilômetros por hora, a mesma ciranda se repetiu, amplificada pelas circunstâncias, às vésperas do segundo turno da corrida eleitoral.



A exceção a essa triste repetição de inoperâncias e omissões foi a atitude do governo federal, mais especificamente do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Antes discreto na cobrança à Aneel, desta vez Silveira virou uma metralhadora giratória. Disse que a Enel “não conhece a realidade nacional”. Afirmou que a atuação da empresa foi marcada pela falta de planejamento e “beirou a burrice”. Acusou a Aneel de omissão por não ter aberto processo para cassar a concessão em abril de 2024, a pedido dele, e disse que o contrato da distribuidora é “frouxo”, por isso não pode ser rompido pelo governo.

Que o ministro está em guerra com a Aneel, não é segredo. Recentemente, ele até ameaçou intervir na agência, depois que os diretores vetaram a transferência de controle da Amazonas Energia à **Âmbar**, do grupo J&F, dos irmãos Joesley e **Wesley Batista**. O que chamou a atenção foi a guinada em relação à Enel, porque, depois do apagão de novembro, Silveira vinha se aproximando dos italianos.

Desde abril, quando pediu à Aneel que abrisse processo contra a distribuidora, Silveira fez três viagens à Itália, e em todas esteve com executivos da Enel. Em junho, le-

vou o próprio Lula para se reunir com o CEO da companhia durante o encontro do G7, na turística Fasano. O grupo tirou fotos em sorridentes apertos de mão, e o presidente saiu do encontro dizendo que o Brasil estava disposto a renovar o contrato se a Enel se compromettesse a ampliar os investimentos no país para R\$ 20 bilhões — o que os italianos obviamente confirmaram.

Na manhã da última sexta-feira, horas antes de a tempestade começar no Brasil, Silveira estava em Roma, ao lado de um diretor da Enel, num desses eventos que reúnem autoridades brasileiras para palestras aleatórias e lautos regabofes, promovido pelo grupo Esfera e patrocinado pela **JBS** dos Batistas, entre outras empresas.

O tema do painel era sustentabilidade e a “nova era energética”. Silveira incluiu a Enel entre as distribuidoras que poderiam se enquadrar num decreto que prevê renovação dos contratos de concessão. Noutras mesas, naquele mesmo dia, falaram o CEO mundial, Flavio Cattaneo, e **Wesley Batista**, acionista da **Âmbar**.

Horas depois, o tempo virou no Brasil. A tempestade afastou Silveira dos italianos, mas a história está longe de acabar.



Presidente Lula e ministros Wellington Dias, Alexandre Padilha, Márcio Macedo, Paulo Teixeira e a primeira-dama, Janja Gabriela Biló/Folhapress

J&F contrata delator da Odebrecht e o escala para reuniões no governo Lula

Diretor da holding dos irmãos Batista, o ex-diretor da construtora João Carlos Nogueira delatou supostas irregularidades em governo do PT

Mateus Vargas

BRASÍLIA Um dos delatores de supostas irregularidades da empreiteira Odebrecht em gestões do PT, João Carlos Mariz Nogueira foi contratado pela J&F e participou de reuniões da holding dos irmãos Joesley e Wesley Batista no atual governo Lula (PT). Nogueira é diretor de relações internacionais da área de novos negócios do grupo. Ele já representou a Novonor (antiga Odebrecht) e o Sinicon (Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada) em agendas no

começo da gestão petista, quando atuava como consultor.

Em ao menos 14 vezes, em 2023 e 2024, Nogueira foi ao Palácio do Planalto —seu nome é citado em agendas de autoridades em cinco destas datas. Participou também de reuniões em outras pastas.

A delação dele é citada em denúncia da Lava Jato contra Lula, Dilma Rousseff (PT) e ex-ministros, no caso que ficou conhecido como “quadrilhão do PT”. A Justiça Federal os absolveu em 2019.

Ele responde a ação de improbidade no mesmo caso em que são réus o ex-presidente da cons-

trutura Marcelo Odebrecht e o ex-governador de Minas Gerais Fernando Pimentel (PT), que foi ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio de Dilma.

O Ministério Público Federal disse que Pimentel pediu e recebeu “vantagem patrimonial indevida (dinheiro)” para favorecer a Odebrecht. E também que Nogueira, então diretor da construtora, prometeu pagamento de R\$ 15 milhões a Pimentel.

As mesmas suspeitas embasaram uma ação penal, mas Pimentel, Nogueira e os outros envolvidos já foram absolvidos.

14 foram, pelo menos, as visitas de João Carlos Nogueira ao Palácio do Planalto entre 2023 e 2024

5 dessas visitas foram registradas em agendas de autoridades do Palácio do Planalto

2 das visitas, em 1º e 23 de fevereiro de 2024, ocorreram no mesmo horário em que aparecem nas agendas os irmãos Batista

Em nota, a defesa de Pimentel disse que a Justiça “reconheceu que nunca houve prova de qualquer ilegalidade em seu benefício” e que “jamais se provou valor ilegal” destinado à campanha.

Já a defesa de Nogueira diz que a alegação do MPF na ação de improbidade “não possui mínimo substrato concreto” e carece de lógica.

Em 2018, essa defesa afirmara neste processo que os depoimentos do delator “elucidam, esmiúçam e ratificam diversos pontos abordados” na ação.

Questionado, o Palácio do Planalto não respondeu quem recebeu Nogueira. A Secom (Secretaria de Comunicação Social) afirmou que seus nove encontros no Planalto, sem registro em agendas públicas, foram com integrantes da Assessoria Especial do presidente, sem dar os nomes.

A Secom não comentou o fato de Nogueira ter apontado supostas irregularidades envolvendo gestões passadas do PT.

Lula já fez diversas críticas às delações premiadas. “Qualquer bandido que for prestar delação premiada fica manchete de jornal”, disse o petista em 2016.

Registros de entrada no Planalto obtidos via Lei de Acesso à Informação mostram que a primeira ida de Nogueira lá foi em 2 de fevereiro de 2023. Mas seu nome não está em agendas de autoridades.

Dados de 2018 a 2022 não apontam seu nome nos registros do Planalto.

Em 21 de março de 2023, ele representou o Sinicon em um encontro com o ministro Paulo Pimenta (Secom), que classificou a agenda como uma “visita de cortesia”. Representou a mesma entidade em julho do mesmo ano em reunião com o ministro da CGU (Controladoria-Geral da União), Vinícius Marques de Carvalho.

A CGU diz que a visita teve caráter institucional.

Nogueira foi outras seis vezes ao Planalto em 2023 para atividades fora da agenda de autoridades. Já em 2024, nos dias 1º e 23 de fevereiro, foi no mesmo horário dos irmãos Batista.

A CGU (Controladoria-Geral da União) abriu uma investigação preliminar para apurar possíveis irregularidades envolvendo dirigentes da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). A medida foi tomada após denúncia do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Silveira vem questionando o papel da Aneel em diferentes temas, sendo o mais recente a atuação da agência quanto à falta de fornecimento de eletricidade na cidade de São Paulo por parte da distribuidora Enel. Segundo o ministro, sua pasta pediu à agência a abertura de processo administrativo em abril e nada foi feito.

"O processo investigativo segue em caráter sigiloso, em conformidade com as normas vigentes, a fim de garantir a integridade das apurações e o devido processo legal. A CGU reafirma seu compromisso com a transparência e a correção de eventuais desvios de conduta na administração pública e manterá o público informado assim que o processo for concluído", afirma a CGU, em nota.

De acordo com pessoas ligadas à controladoria, a denúncia é genérica sobre os diretores da Aneel. A investigação sobre os dirigentes é diferente do anunciado na segunda (14), quando a CGU afirmou que abriu auditoria para analisar como a Aneel tem feito a fiscalização da Enel.

Silveira fez referência aos trabalhos da CGU sobre o caso nesta quarta (16). "O que o doutor Vinícius [Carvalho, da CGU] disse e já está fazendo é apurando a negligência ou a falta de diligência da agência reguladora com relação ao cumprimento das suas obrigações legais, das suas obrigações de implementador de política pública", afirmou.

O ministro ainda defendeu durante a coletiva mudanças na legislação sobre mandatos nas agências reguladoras, para que o período da diretoria coincida com o do presidente. Em um momento seguinte, defendeu ainda a extinção dos mandatos em si.

Cobranças

Ministro dá 3 dias para Enel resolver apagão e critica fiscalização da Aneel

"Eu defendo que há de se haver uma modernização entre a correlação entre os formuladores de política pública –que é o Presidente da República que ganha as eleições nas urnas, democraticamente, para representar qualquer país– e as agências reguladoras", disse. "Para te falar a verdade, eu não concordo com o mandato", seguiu.

"Sabe por que eu não concordo com o mandato? Porque a autonomia hoje, já tem", afirmou. No começo do mês, antes dos problemas de energia vistos em São Paulo, Silveira criticou a Aneel dizendo que o órgão vive um quadro de "completa desarmonia" entre diretores, área técnica e em relação a seu papel como regulador da legislação do país.

Os comentários na ocasião foram feitos após uma pergunta sobre a decisão da agência no dia anterior que permitiu a venda da Amazonas Energia para o J&F –mas reduzindo em R\$ 8 bilhões as flexibilizações solicitadas pelo grupo da família Batista (dono também da produtora de carnes JBS).

Apagão em São Paulo eleva pressão sobre Aneel

Energia TCU e CGU anunciam medidas contra agência reguladora responsável por fiscalizar Enel

A crise envolvendo os apagões em São Paulo tem aumentado significativamente a pressão sobre a Agência Nacio

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o arquivamento de uma investigação sobre a atuação da ONG Transparência Internacional na Operação Lava-Jato. O relator é o ministro Dias Toffoli.

Para Gonet, não há "elementos mínimos de convicção que justifiquem a continuidade das investigações pelo Ministério Público Federal". O PGR afirmou também que o STF não tem competência no caso, porque não há autoridades com foro privilegiado envolvidas.

Em fevereiro, Toffoli determinou que fossem enviados a ele documentos do acordo de leniência da J&F, controladora da JBS, para investigar a atuação da ONG. Segundo o ministro, a medida era necessária para apurar "eventual apropriação indevida de recursos públicos" por parte da Transparência Internacional.

De acordo com Gonet, procedimentos internos do Ministério Público Federal (MPF) sobre o caso já foram realizados e "convergiram para juízos terminativos ou negativos de responsabilidade, sem expressão, até o presente momento, de suficiente standard probatório, seja para fins de sancionamento administrativo ou mesmo de provocação do Poder Judiciário em vias de persecução penal".

Toffoli havia ordenado que a PGR enviasse documentos relacionados ao acordo de leniência, incluindo um processo instaurado pela Corregedoria do Ministério Público Federal para averiguar a atuação de membros da força-tarefa da Lava-Jato em acordos internacionais. A decisão foi tomada a pedido do deputado federal Rui Falcão (PT-SP), que apontou supostas irregularidades.

Na época, a Transparência Internacional divulgou nota afirmando serem "falsas as informações de que valores recuperados através de acordos de leniência seriam recebidos ou gerenciados pela organização". A organização disse que não recebeu ou receberia, direta ou indiretamente, "qualquer recurso do acordo de leniência do grupo J&F ou de qualquer acordo de leniência no Brasil." A ONG afirmou ainda nunca pleiteou papel de gestão sobre essas verbas.

Em 2019, diante de críticas no mesmo sentido, os procuradores da força tarefa da Operação Greenfield, responsável pelo acordo, já haviam negado que a Transparência Internacional fosse gerir os recursos.

Inscreva-se na Newsletter: Jogo Político

Inscrever

FIM DOS JOGOS DE PARIS

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu o arquivamento da investigação sobre supostos desvios de recursos de acordo de leniência pela organização não-governamental Transparência Internacional. O relator do caso é o ministro Dias Toffoli.

Na avaliação do PGR, não há "elementos mínimos de convicção" que justifiquem a continuidade das apurações pelo Ministério Público Federal. Gonet também questiona a competência do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso.

Em fevereiro, Toffoli solicitou a abertura de investigação, alegando que a ONG teria se apropriado de parte dos recursos pelo Ministério Público Federal pagos pela J&F, dos irmãos Joesley e Wesley Batista, no seu acordo de leniência. Para isso, o ministro recuperou uma representação de 2014 feita pelo deputado Rui Falcão.

Ao solicitar o fim da ação, Gonet ressalta esclarecimentos anteriores, que já haviam sido feitos sobre o assunto à própria PGR e ao ministro Toffoli, de que o Memorando de Entendimento entre a Transparência Internacional e o Ministério Público Federal no caso dos Batista não envolvia dinheiro.

Essas conclusões, no entanto, vinham sendo ignoradas até agora.

"Há especial relevo na conclusão apresentada pelo órgão de coordenação, uma vez que, conforme relatado, as diligências empreendidas neste feito pautaram-se na tese de eventual apropriação de recursos públicos pela TI. Na cláusula 3 do Memorando de Entendimento ressalta-se que não se prevê nenhum tipo de remuneração", escreve o PGR.

Em dezembro de 2023, Toffoli suspendeu o pagamento da multa do acordo de leniência dos irmãos Batista. Neste caso, o argumento do ministro é de que há dúvida de que Joesley e Wesley tenham assinado o acordo de livre e espontânea vontade.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu o arquivamento da investigação sobre a atuação da ONG Transparência Internacional no acordo de leniência da J&F. Em fevereiro, o ministro do STF Dias Toffoli mandou investigar se a organização teria se apropriado de recursos públicos provenientes do acordo. No pedido, Paulo Gonet afirmou que não existem elementos mínimos para a investigação e que o caso não envolve autoridades com foro.

Em 2020, a PGR já havia dito que a Transparência não tinha recebido dinheiro para planejar a execução de projetos sociais beneficiados pelo acordo de leniência. Agora, o ministro Dias Toffoli precisa confirmar ou não o arquivamento.

Em nota, a Transparência Internacional afirmou que o entendimento do PGR aponta a ausência de fatos que indiquem a ocorrência de crime e que a ONG é alvo de campanhas difamatórias.

procurador geral da república paulo gonet pediu o arquivamento da investigação sobre a atuação da ong transparência internacional no acordo de leniência da j e f em fevereiro o ministro do stf dias toffoli mandou investigar se a organização teria se apropriado de recursos públicos provenientes do acordo no pedido o polo goni afirmou que não existem elementos mínimos para a investigação e que o caso não envolve autoridades com foro em dois mil e vinte a pgr já tinha dito que a transparência não tinha recebido o dinheiro pra planejar a execução

de projetos sociais beneficiados pelo acordo de leniência agora o ministro diz qual for precisa confirmar ou não o arquivamento em nota a transparência internacional afirmou que o entendimento do pgr aponta a ausência de fatos que indiquem a ocorrência de crime e que a ong é alvo de campanhas difamatórias

Ministério lança plano para reduzir uso de agrotóxicos

Objetivo é promover substituição por bioinsumos e retirar do mercado produtos altamente nocivos

ALICE CRAVO

alice.cravo@bsb.oglobo.com.br

BRASÍLIA

O Ministério da Agricultura lançou ontem o Plano Nacional de Redução de Agrotóxicos. O objetivo é promover a substituição dessas substâncias e seus similares por bioinsumos.

Bioinsumos são produtos ou substâncias de origem biológica, como microrganismos, enzimas e extratos de plantas, que são utilizados em agricultura, pecuária, aquicultura e florestas para melhorar a saúde do solo e controlar pragas e doenças.

De acordo com o ministro da Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, o governo fará uma portaria contendo a lista das substâncias que

passarão a ser proibidas. A iniciativa já tem o aval do presidente Lula, mas ainda sem data para entrar em vigor. O ministro disse que haverá estímulos financeiros para a substituição.

O Brasil usa mais agrotóxicos em suas lavouras do que a China e os EUA-juntos, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral, avalia que não é razoável que agrotóxicos proibidos em várias partes do mundo sejam permitidos no Brasil, mas não haverá “caça às bruxas”.

— Isso atenta contra a saúde da nossa gente. É sobre isso que vamos nos debruçar.

MDA/Paulo Teixeira: programa para redução do uso de agrotóxicos está sendo elaborado

16/10/24 12:39

Por Isadora Duarte e Caio Spechoto

Brasília, 16/10/2024 - O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, disse que o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara) está em fase de elaboração. A implementação do Pronara está prevista no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), lançado nesta quarta-feira no Palácio do Planalto. "O objetivo é substituir aqueles agrotóxicos altamente tóxicos, altamente perigosos, mapeá-los e fazer um programa que envolva a Embrapa, envolva as universidades, envolva as empresas, de substituição desses agrotóxicos por bioinsumos", explicou Teixeira a jornalistas após a cerimônia no Palácio do Planalto.

O Pronara consta do Planapo como um objetivo de construção de "programa de redução de uso de agrotóxicos". A estratégia do governo federal, segundo Teixeira, é reduzir o uso de agroquímicos de alta periculosidade e alta toxicidade - classificação que é feita pela Anvisa.

O Pronara foi elaborado em 2014, mas não foi implementado até hoje com discordância do setor produtivo e da indústria de defensivos. A decisão de incluir o Pronara no Planapo foi do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A inclusão da estratégia de redução do uso dos agroquímicos causou divergência entre o MDA e o Ministério da Agricultura. A Agricultura havia apresentado veto ao Pronara por "questões técnicas". O tema chegou ao Palácio do Planalto e foi consenso entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ministros no último mês. Hoje, o Planapo foi assinado pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, além de Teixeira. "Tudo está consensuado no governo. O Pronara está esperando o fechamento para sair a portaria", disse Teixeira.

Teixeira afirmou que os agrotóxicos que serão alvo do programa serão definidos a partir da portaria que institui o programa, assim como os estímulos e apoio financeiro que serão dados para a substituição dos agroquímicos por bioinsumos pelos produtores rurais. "O presidente bateu o martelo e agora iremos fechar a portaria que institui o programa. Cada um que tiver um similar disponível, será proibido. Essa é a proposta", acrescentou o ministro do MDA. Ele não detalhou metas ou prazos de redução do Pronara.

Também na coletiva o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Márcio Macêdo, que coordenou o Planapo, afirmou que os agrotóxicos a serem reduzidos pelo Pronara são os químicos já proibidos na Europa e com comercialização liberada no Brasil. "Isso atenta contra a saúde do nosso povo. Vamos nos debruçar nisso, sem nenhum tipo de caça às bruxas nem nenhuma perseguição. Apenas fazendo um estudo, um debate na sociedade, para ser um processo de substituição na direção de uma alimentação saudável", afirmou Macêdo.

Para o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, a inclusão do Pronara no Planapo foi o primeiro passo dado pelo governo. "Agora

haverá a regulamentação do Pronara, mas é um gesto do governo de caminhar para produção mais sustentável e apoiar o produtor na substituição de produtos altamente tóxicos para sua saúde, para o meio ambiente e para a produção por agrotóxicos menos perigosos", afirmou Agostinho ao Broadcast Agro . Essa regulamentação tende a passar pelo sistema tripartite de registro, controle e fiscalização de defensivos agrícolas, que engloba Ibama, Anvisa e Ministério da Agricultura.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou, de forma indireta, segmentos da sociedade que não gostariam que o governo lançasse hoje o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, conhecido como Planapo. O recado foi dado em meio ao embate entre ambientalistas e representantes de produtores rurais sobre a intenção da gestão petista de lançar, no bojo desse plano, uma proposta de redução do uso de agrotóxicos.

"Está cheio de gente que não gostaria que a gente estivesse fazendo isso [Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica]. E essa gente vai estar notando para ver se estamos fazendo direito. Depois do golpe contra a Dilma [Rousseff], muitas coisas que foram semeadas acabaram sendo destruídas. Então, para essas coisas darem certo, é preciso haver uma combinação perfeita entre o governo e o movimento que sugeriu isso. Eu estarei no pé de vocês. A sociedade estará no meu pé. Certamente a nossa querida imprensa estará no meu pé cobrando para ver se as coisas estão acontecendo", afirmou Lula durante evento alusivo ao Dia Mundial da Alimentação, no Palácio do Planalto.

Apesar da reclamação do presidente, o governo ainda não divulgou detalhes do novo Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, conhecido como Pronara. O tema está previsto dentro do âmbito do "Planapo" e gerou divergências dentro do governo, o que fez o assunto chegar ao Palácio do Planalto há algumas semanas.

Questionado após o evento, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT-SP), tentou colocar panos quentes no embate e disse que o presidente Lula já "bateu o martelo", dando comando para que uma portaria sobre a redução de agrotóxicos seja publicada em breve.

Presente na coletiva de imprensa, o ministro da Secretaria-Geral, Márcio Macêdo, disse, no entanto, que o governo não vai fazer dessa discussão uma "caça às bruxas". "Não é razoável esses produtores estarem proibidos em diversos países e, aqui, circularem livremente. É sobre isso que vamos nos debruçar sem nenhum tipo de caça às bruxas", ponderou.

O Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos foi proposta em 2014, mas segue em revisão por uma comissão interministerial com participação da sociedade civil. Há algumas semanas, Lula precisou mediar um acordo com a Pasta comandada pelo ministro Carlos Fávaro (Agricultura) para ceder e rever o veto dado pelo ministério ao programa em discussões preliminares.

Houve um consenso em relação ao assunto em uma reunião realizada em meados de setembro, entre Lula, Fávaro, Paulo Teixeira (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Meio Ambiente, Saúde e ministros palacianos. Por conta dessa conciliação, não deve haver alteração nos termos do Pronara, que prevê ações para substituir agrotóxicos considerados de alta toxicidade e ultra perigosos. Uma lista com 20 produtos compõe a ação.

O que é o Pronara?

O Pronara foi elaborado em 2014, no governo de Dilma Rousseff, mas nunca foi lançado. Na época, o Ministério da Agricultura, comandado por Kátia Abreu, também foi contra e barrou a implementação do programa. Em 2023, Lula reativou a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO). Formada por 14 ministérios e diversas entidades governamentais e da sociedade civil, entre eles Agricultura e MDA, é responsável por revisar o projeto.

Cabe à CNAPO elaborar justamente a terceira fase do Planapo. O Pronara é uma das ações previstas no plano, cujo lançamento foi adiado quatro vezes por discordância da Pasta de Fávaro. O primeiro anúncio havia sido programado para julho.

Relatório da reunião ordinária da comissão daquele mês diz que o encontro foi marcado por discussões

sobre esse adiamento, “o qual ocorreu devido à dificuldade de consenso sobre a permanência do objetivo específico que trata da implementação do Pronara”.

Operação da PF mira fraude em crédito rural

Investigação

De São Paulo

Com três mandados de prisão temporária, 17 mandados de busca e apreensão e afastamento de seis servidores públicos, a Polícia Federal iniciou na quarta-feira (16/10) a Operação

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Alvorada terá R\$ 500 milhões do Fundo Clima para erguer biorrefinaria em MT

Biocombustíveis

A Alvorada Bioenergia é a mais nova companhia de biocombustíveis a obter recursos do Fundo Clima para um projeto de construção de usina. A empresa receber

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E ISADORA DUARTE
COLUNAD@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Brasil 'exporta' modelo da bancada do agro para quatro países da América Latina

A força da bancada do agro no Congresso brasileiro para aprovar pautas de interesse do setor ou barrar temas que não lhe apeteçam chamou a atenção de produtores de países latinos. Representantes do setor privado de Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile afirmaram, durante a 1ª Cúpula Sul-Americana Agro Global 2024, realizada nesta semana em Brasília, que pretendem criar estrutura semelhante ao Instituto Pensar Agro (IPA) em seus países, para ajudar a formar uma bancada de deputados e senadores ligados ao agronegócio, como a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). "Temos uma peculiaridade entre os países da região: os mesmos destinos e embargos. Vamos nos unir pelas nossas pautas", disse o presidente do IPA, Nilson Leitão, à *Coluna/Broadcast*.

● **APOIO.** O Instituto assessoria a FPA, maior frente parlamentar no Congresso, com 340 integrantes. Na Argentina há 47 congressistas ligados ao agronegócio. A interlocução com o setor privado é feita pela Fundação Barbechando. Os outros três países estão desenvolvendo institutos.

● **UNIÃO.** "Estamos formando as bancadas do agro em cada um desses países para termos um posicionamento mais firme em torno de interesses comuns dos produtores da América do Sul. Se todos jogarmos em bloco, teremos mais oportunidades", disse o presidente da FPA, Pedro Lupion.

● **INSULTO.** Ao final de uma audiência marcada por trocas de ofensas, ontem, o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Evair de Melo (PL), elogiou o "adestramento" da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela reagiu: "Adestramento de quem? O senhor não vai dizer que sou uma pessoa adestrada".

● **EITA.** As reuniões da bancada do agro com Marina costumam ser tensas. Mas, desta vez, nos bastidores, deputados disseram-se surpresos. Além de rebater as críticas ao governo Lula, a ministra reagiu com o mesmo tom agressivo. Como ao chamar uma deputada de "capacho" e "ambientalista de conveniência".

● **COBRANÇA.** O Conselho de Consumidores de Energia Elétrica (Conselpa) fez uma reunião extraordinária, nesta semana, para discutir os apagões em São Paulo. Manifestou preocupação com a gravidade dos impactos e com a demora no restabelecimento dos serviços. Cobrou da Enel transparência, medidas concretas e dados sobre investimentos e compensações a usuários.

● **OUTRO LADO.** A Enel disse ter recebido o ofício com os questionamentos, ontem. "A empresa irá responder ao Conselpa e segue à disposição dos conselheiros", afirmou em nota à *Coluna*.



Nilson Leitão,
presidente do Instituto
Pensar Agro (IPA)

● **RESILIÊNCIA.** Após seu pior resultado da história em uma eleição municipal, o PSDB tentará se reerguer na sua terra natal, o Estado de São Paulo. O presidente nacional da sigla, Marconi Perillo, e o do diretório paulista, Paulo Serra, reuniram-se ontem para discutir as estratégias.

● **ALVO.** Uma das ideias é buscar atrair prefeitos que estejam filiados a outros partidos. Em São Paulo, o PSDB despendeu de 173 prefeitos eleitos em 2020 para 22 neste ano, e disputa o 2.º turno em Piracicaba. No País, os tucanos elegeram 273 gestores municipais, 250 a menos que em 2020.

PRONTO, FALEI!



Renato de Castro
Advogado esp. em infraestrutura

"O apagão em SP mostra duas coisas: não aguentamos uma fração de furacão e precisamos de uma solução conjunta das esferas de governo para sair do caos."

CLICK



Mar Fernández-Palacios
Embaixadora da Espanha no País

Com o marido, na comemoração da Data Nacional do Reino da Espanha, terça-feira, em Brasília. O evento marca a descoberta do continente americano, em 1492.

SEM ALTERAÇÃO

Fim do ‘sonho’ do horário de verão

Governo desiste de adiantar uma hora no relógio neste verão por haver “segurança energética”, segundo ministro. **PÁGINA 16**

Governo desiste do horário de verão este ano

Alexandre Silveira afirma que 'a segurança energética está assegurada' e diz que retorno do sistema em 2025 será analisado. Analistas contestam a avaliação do ministro e dizem que medida seria importante

BERNARDO LIMA
E BRUNO ROSA
economistas@oglobo.com.br
BRASILIA E RIO

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou ontem que o governo não implementará o horário de verão este ano. A decisão foi tomada após a avaliação de novos estudos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

— Chegamos à conclusão de que não há necessidade de decretação do horário de verão para esse período. Temos a segurança energética assegurada — disse Silveira.

O ministro não descartou que o governo voltará a analisar a adoção da medida para o ano que vem.

— Temos como chegar depois do verão em condições de avaliar a volta dessa política em 2025. Quero destacar a minha defesa da política de horário de verão no país. Voltou a ser considerada no Brasil e não está descartada para períodos posteriores — disse Silveira.

VOLTA DE CHUVAS

A decisão foi anunciada após o ministro se reunir não só com funcionários do ONS, mas também com outros integrantes do governo. Silveira afirmou que o cenário de chuvas e dos níveis dos reservatórios de hidrelétricas melhorou.

Implementado pela primeira vez no Brasil em 1985, o horário de verão foi adotado anualmente desde então,

até ser extinto em 2019 pelo governo Bolsonaro.

A volta do sistema este ano tinha sido defendida por Silveira por causa da seca que castigou várias regiões do país. Mas o assunto perdeu força, segundo o ministério, diante do início do período chuvoso e da pressão de alguns importantes setores. Empresas aéreas (nacionais e internacionais), por exemplo, teriam pouco tempo para adaptar todos os seus sistemas, incluindo o problema de passagens já emitidas sem o horário de verão.

Parte da indústria também temia aumento de custos. Já os setores de bares, restaurantes e turismo defendiam a volta do horário de verão já neste ano.

Alexandre Silveira afirmou que pediu estudos ao ONS sobre alternativas para compensar o que seria a economia com o horário de verão este ano, estimada em R\$ 400 milhões.

O ministro mudou de posição em relação ao que havia dito no mês passado. Silveira afirmava que o horário de verão poderia ajudar o sistema em um "momento realmente crítico" na geração causada pela seca, além do calor e o aumento do consumo nos horários de pico — que hoje ocorrem no meio da tarde.

Clarice Ferraz, economista e diretora do Instituto Ilumina, contestou a afirmação do ministro Silveira de que a segurança energética está garantida e não há mais urgência na



Otimismo: Alexandre Silveira anuncia desistência de adotar horário de verão por não haver urgência no setor

adoção do horário de verão:

— Infelizmente, ele não pode assegurar isso. Não sabemos quais serão as condições de chuva. Este mês é bastante determinante para fazer essa avaliação com segurança. Uma hora a mais com geração solar no momento de pico de consumo, quando as pessoas chegam em casa, é um pequeno ganho que não deveria ser desperdiçado. Não entendo porque o ministro abre mão disso em um cenário tão conturbado.

Fabiano Barboza, vice-

presidente da consultoria Grupo Studio, avalia que hoje há uma mudança estrutural na geração de energia. Ele lembra que o horário de verão era historicamente utilizado para reduzir o consumo durante o período noturno, quando a demanda era maior, deslocando parte do uso para períodos de maior incidência de luz natural.

— Mas, com a evolução tecnológica e o maior uso de aparelhos como o ar-condicionado, que têm elevado o consumo de energia duran-

te o dia, o consumo noturno passou a ter impacto menor, e a economia com o horário de verão se tornou menos significativa. Atualmente, a economia é pequena, embora possa contribuir para a redução da sobrecarga em horários de pico. Tecnicamente, sob o viés de redução de energia, o impacto é muito baixo, quase zero.

A decisão do governo de não adotar agora o sistema seguiu uma lógica mais política do que técnica, na opinião de alguns especialistas em energia elétrica.

— A diferença (na economia de energia) seria muito pequena. Por isso, o governo pensou mais no desgaste político da decisão — disse Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Segundo Walter Fróes, diretor da comercializadora CMU Energia, a mudança no horário nacional poderia gerar uma pequena economia, mas daria, sim, mais segurança para a operação do sistema elétrico.

— Daria mais segurança diante do cenário atual de reservatórios em baixa. Se tivessem adotado, poderiam postergar em uma hora a ligação da geração térmica. Mas a decisão foi totalmente política, por temerem uma queda de popularidade, já que muita gente não gosta do horário de verão — opina Fróes.

MODERNIZAÇÃO DO PARQUE

Para Pedro Colleta, analista de energia da Equus Capital, o horário de verão não é solução para a crise energética:

— Diferentemente do passado, quando as lâmpadas incandescentes das residências eram responsáveis por grande parte do consumo ao anoitecer, atualmente, o grande vilão são os aparelhos de ar condicionado. Se a intenção é realmente enfrentar a crise energética, é necessário pensar em outras medidas, como a modernização do parque elétrico.

Silveira vê Enel fora da 'realidade nacional' e defende intervenção

Energia Para ministro, atuais contratos de distribuição são “frouxos e inadequados à realidade do novo momento energético do mundo”

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silv

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Pagamento de dividendos aumenta quase 30% no ano e alcança R\$ 222 bi

Finanças Montante até setembro é quase igual ao de todo o ano passado; Petrobras continua sendo a principal pagadora, com R\$ 69,3 bi destinados a seus acionistas

O pagamento de

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Grupo vai debaterjuro alto no 'Conselhão'

O governo federal e os principais bancos do país fizeram um acordo para que o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o chamado "Conselhão", tenha um grupo de trabalho dedicado a debater o

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Paradoxos da União Européia em comércio e sustentabilidade

Covid e guerra expuseram dependência em setores estratégicos. Por Rodrigo Fagundes Cezar e Cláudia Azevedo

A Comissão Europeia recentemente propôs o adiamento de um ano da lei antidesmatam

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

O Conselho da União Europeia (UE), principal instância de decisão do bloco, chegou a um acordo nesta quarta-feira (16/10) para adiar em um ano a lei antidesmatamento, cuja vigência está prevista para 30 de dezembro. Isso não significa que a postergação irá se concretizar, pois ainda depende da votação do Parlamento Europeu.

Mais Sobre Lei antidesmatamento

Mais de 2 milhões de sacas de café não são exportadas por atraso nos portos

Preços do café sobem e relação de troca com fertilizantes melhora

O Conselho concordou com a proposta da Comissão Europeia, apresentada há duas semanas, para adiar por um ano a data de aplicação do regulamento.

Formado por 12 membros de nível ministerial dos 27 países que formam a UE, e não de chefes de Estado, o Conselho da União Europeia é um órgão legislativo do bloco que atua em codecisão com o Parlamento Europeu - às vezes tem o mesmo peso que o órgão, outras fica abaixo dele, como no caso da lei antidesmatamento. Em geral, o Conselho se reúne para debater assuntos de política externa, economia e finanças, agricultura, educação, entre outros.

De acordo com nota oficial do Conselho, “o adiamento permitirá que países terceiros, Estados-Membros, operadores e comerciantes estejam totalmente preparados nas suas obrigações de devida diligência”, menciona o comunicado oficial. A diligência consiste em assegurar que determinados produtos comercializados para o bloco econômico “estejam livres de desmatamento”.

Essa é mais uma pressão proveniente dos países da Europa pela flexibilização da lei, que vem preocupando produtores de commodities - cacau, café, carne, borracha, madeira, soja, óleo de palma e seus derivados. O temor é maior entre pequenos e médios produtores que não estão adequados ainda às exigências da legislação, sendo a principal delas o georreferenciamento da matéria-prima.

Para o conselho da UE, ter mais tempo pode ser favorável à maior adaptação de parceiros comerciais.

Agora, o próximo passo do Conselho é informar ao Parlamento Europeu da sua posição até que o órgão decida se vai ou não adiar a vigência da nova regra.

“O objetivo é que o regulamento seja formalmente adotado por ambos os colegisladores e publicado no Jornal Oficial da UE, para que possa entrar em vigor até ao final do ano”, explicou a nota da Comissão. Quando se refere à vigência, a instância se refere a fazer valer a nova data de 30 de dezembro de 2025 para aplicação do Regulamento da UE para produtos livres de Desmatamento (EUDR, sigla em inglês), como também é chamada a legislação.

Se o Parlamento aprovar a proposta, as datas de vigência ficarão: 30 de dezembro de 2025 para grandes operadores e comerciantes e

30 de junho de 2026 para micro e pequenas empresas. “Isto proporcionaria segurança jurídica, previsibilidade e tempo suficiente para uma aplicação harmoniosa e eficaz das regras, incluindo o estabelecimento completo de sistemas de devida diligência”, disse o Conselho da UE no comunicado oficial.

E, acrescenta, que a mudança da data, caso aprovada, não afetará as regras já previstas e determinadas, caso não, “pode minimizar a contribuição da UE para o desmatamento e a degradação florestal em todo o mundo, permitindo apenas a colocação no mercado da UE, ou a exportação da UE, de produtos isentos de desmatamento”.

EUDR

A EUDR foi proposta em junho de 2023, mas apenas em setembro de 2024 a Comissão Europeia apresentou um guia com detalhes sobre cada commodity e como funcionará a rastreabilidade. Isso gerou

desconforto entre vários países, que pressionaram para um adiamento, como o caso do Brasil, Gana, Uganda, Estados Unidos, Chile e até Alemanha e Itália, nações europeias que estão preocupadas com o aumento da inflação e as multas que importadores terão que pagar, arcando com eventuais prejuízos.

No Brasil, entidades de café e carne têm sido as mais atuantes em reuniões da Comissão Europeia para solicitar o adiamento, algo que já foi formalizado pelo governo e Ministério da Agricultura e Pecuária no último dia 11 de setembro. Em carta aos europeus, o chanceler Mauro Vieira e o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, afirmaram que a lei é uma medida “unilateral, coerciva e punitiva”.

Fome provocada por guerras mata até 21 mil pessoas por dia

Oxfam Estudo da ONG britânica sustenta que a causa da fome não é apenas o conflito, mas também o uso dos alimentos como arma

A insegurança alimentar causada por conflitos atingiu níveis r

Por determinação do jornal Valor Econômico, as matérias dos seus veículos (jornal e site) não poderão mais ser disponibilizadas, através do clipping, por empresas do segmento, agências de comunicação e sites corporativos. As notícias devem remeter os usuários para o site do veículo e serem acessadas individualmente através de assinaturas digitais. O Valor Econômico, através do seu departamento jurídico, determinou que não autoriza a utilização do seu material em qualquer hipótese, sob a pena de serem tomadas medidas judiciais cabíveis. Diante disso, a Boxnet continuará realizando o monitoramento do Jornal e do Portal, porém remetendo o usuário à leitura das notícias no site oficial do Valor Econômico.

Acesse: <http://www.valor.com.br/busca/{0}>

Marina chama aliados do ex-presidente de ‘capachos’ em comissão da Câmara

BRASÍLIA

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, foi alvo de ataques de deputados da oposição que a chamaram de “incompetente” durante audiência da Comissão de Agricultura da Câmara, realizada ontem. Em resposta, a ministra disse que os parlamentares eram “ambien-

talistas de conveniência”, o que gerou bate-boca com bolsonaristas como Nikolas Ferreira (PL-MG), Julia Zatta (PL-SC) e Ricardo Salles (Novo-SP), que comandou a pasta durante o governo de Jair Bolsonaro. A ministra foi convidada para prestar esclarecimentos sobre as recentes **queimadas**.

Zatta, por exemplo,

disse que Marina deveria pedir demissão do cargo, o que gerou uma reação imediata da ministra. Já Nikolas Ferreira disse que o governo “se omite” ao não assumir responsabilidades:

— Nenhuma resposta foi dada aos deputados que perguntaram algo nesta comissão. O governo não assume responsabilidades em relação às mais de 22

mil **queimadas**. Meu papel aqui é mostrar o quanto a senhora é incoerente e incompetente.

Ricardo Salles fez questionamentos técnicos à ministra e a acusou de inação. Zatta, ao falar sobre o repasse de verbas para organizações não-governamentais (ONGs), questionou se o país “virou o capacho verde dos

bilionários do exterior”.

Marina rebateu:

— Capacho é quem faz discurso de encomenda. Mesmo conhecendo a biografia de uma pessoa, faz discurso de encomenda, para fazer la-cração. E vem aqui fazer acusações inverídicas. Isso é ser capacho. Quem não defende aparece agora como ambientalista de conveniência, que nunca fizeram nada.

O presidente da comissão, Evair de Melo (PP-ES), disse após a audiência que a ministra não sabia fazer autocrítica e que fora bem treinada para a reunião com os parlamentares:

— Tem que dar parabéns para quem a treinou. Esse treinamento, isso no mundo empresarial... Até esse adestramento para ter essa postura.

Marina disse que foi preparada porque sabia qual seria o nível do debate.

A ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva (Rede), disse nesta 4ª feira (16.out.2024) que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) de 2024 não disponibilizou recursos suficientes para o combate às queimadas. A declaração foi feita durante a Comissão de Agricultura e Pecuária da Câmara.

De acordo com a ministra, o Congresso cortou verbas do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que haviam sido solicitadas pelo Governo Federal.

O deputado Evair de Melo (PP-ES) respondeu a ministra e disse que “grande parte da oposição [...] votou contra” os “cortes drásticos” para as verbas do ICMBio e do Ibama.

“O projeto de lei orçamentária de 2024 foi solicitado de parte do ICMBio cerca de R\$ 112,7 milhões para as ações de fiscalização ambiental e prevenção e combate a incêndio. O Ibama solicitou também recursos para suas ações de prevenção e combate a incêndio na ordem de 65,7 milhões. Em um total de 178,4 milhões. O Congresso Nacional aprovou, do pedido orçamentário que fizemos, cerca de 98 milhões para o ICMBio, 13,8% menos do que solicitamos. Foi um corte feito pelo Congresso. A mesma coisa em relação ao Ibama, foi feito um corte aqui no Congresso de 4,6 milhões dos 61 milhões que havíamos pedido. No total ficou 160 milhões para o ICMBio e o Ibama”, disse Marina Silva.

Melo também disse que os deputados do PT votaram a favor da LDO. A votação foi aprovada na câmara de forma simbólica. Assim, não é possível verificar como cada deputado votou.

“A peça orçamentária que foi votada aqui, eu particularmente votei contra a peça orçamentária e grande parte da oposição, a ampla maioria da oposição orgânica, também votou contra. O orçamento aprovado com esses cortes drásticos teve 100% dos votos do partido do presidente da república e também teve 100% dos votos do partido que é de vossa excelência, que é o PSB (sic.)”, disse Melo.

Assista (3h23min44s):

O Poder360 procurou o PT para perguntar se gostaria de se manifestar a respeito da declaração feita por Evair de Melo. Não houve resposta até a publicação desta reportagem. O texto será atualizado caso uma manifestação seja enviada a este jornal digital.

O presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, Evair de Melo (PP-ES), criticou a titular da pasta do Meio Ambiente, Marina Silva, e bateu boca com a ministra nesta quarta-feira, 16. O deputado, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), sugeriu que a ministra havia sido “adestrada” para comparecer à reunião na Câmara, ao que Marina o contestou.

“Quero repudiar a forma de vitimização que, mais uma vez, essa ministra se comporta aqui na casa do povo. A retórica é conhecida e já a enfrentei muitas vezes no plenário. O media training da ministra, tem que dar parabéns a quem a treinou. Até esse adestramento para ter essa postura”, disse Evair, sendo interrompido logo em seguida por Marina.

“Quem é que é adestrado? Tenha santa paciência. O senhor não vai me dizer que sou uma pessoa adestrada”, respondeu a ministra.

O deputado continuou: “Nenhum questionamento objetivo dos parlamentares foi respondido. A ministra claramente traz uma retórica de militância. Quero lamentar que, com essa condução, vamos virar fumaça e cinza. Não vou retirar nenhuma palavra dita, muito menos as verdades, mentiras e suposições com que a ministra se referiu ao agro brasileiro. Fico impressionado.”

Evair de Melo, então, provocou a ministra a citar declarações antigas de Marina em relação ao presidente Lula. “Façam uma pesquisa simples: Marina Silva, Lula, corrupto. Sim, em muitas ocasiões Marina Silva classificou Luiz Inácio Lula da Silva como corrupto. Em 2018, ela destacou que Lula havia sido condenado em 2ª instância e tinha que pagar pelos crimes que cometeu”, afirmou. Logo em seguida a reunião foi encerrada.

Mais cedo, a ministra discutiu com deputados da oposição. O próprio presidente da comissão bateu boca com a ministra em alguns momentos anteriores. Deputados acusaram Marina de não responder aos questionamentos.

Em vários momentos, deputados dirigiram-se à ministra com tom de voz elevado, com dedo em riste, troca de acusações e ânimos alterados. A ministra disse que comparece à comissão quantas vezes for necessário e que não teme e citou vários trechos bíblicos.

Em discussão acalorada com a deputada federal Júlia Zanatta (PL-SC), que disse que a ministra deveria deixar o cargo, Marina chamou-a indiretamente de ambientalista por conveniência. “Capacho é quem faz discurso de encomenda. Mesmo conhecendo a biografia de uma pessoa, faz discurso de encomenda, para fazer lacração. E vem aqui fazer acusações inverídicas. Isso é ser capacho”, disse a ministra, sendo aplaudida pela plateia.

“Quem nunca fez nada pelo meio ambiente e agora vem aqui com papel de ambientalista de conveniência”, afirmou a ministra, mencionando defesa da política ambiental por sinceridade ou por hipocrisia.

Marina questionou a condução da reunião pelo presidente da comissão e citou que, na condição de convidada, estava sendo alvo de palavras ofensivas e de baixo calão. “Vossa Excelência está com dificuldade de presidir”, disse a ministra. Evair rebateu que não iria responder porque aprendeu a lidar com ignorância na vida política, e Marina retrucou: “Deveria aprender a suportar a própria ignorância”.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) reforçou, nesta quarta-feira (16/10) o alerta para a urgência de se combater a fome no mundo. A agência da ONU realizou a celebração anual do Dia Mundial da Alimentação, em sua sede, em Roma, capital da Itália.

Leia também

O tema do Dia Mundial da Alimentação em 2024 é ‘Direito à Alimentação para uma Vida Melhor e um Futuro Melhor’. O diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, destacou, em discurso, que a data não deve ser apenas um lembrete de que o direito a uma alimentação adequada é fundamental e de toda a população. “É um compromisso para construir sistemas agroalimentares mais eficientes, mais inclusivos, mais resilientes e mais sustentáveis que possam nutrir o mundo”, diz.

Diante dos números expressivos e alarmantes e que aumentam a cada dia com os choques climáticos, conflitos globais, entre outros acontecimentos, o dirigente alerta para a urgência de providências mais eficazes: “Não há tempo a perder, devemos tomar medidas imediatas”.

O Dia Mundial da Alimentação foi estabelecido pela FAO em 1979, com o objetivo de estimular a discussão em nível global sobre os desafios da produção, distribuição e consumo de alimentos. A data escolhida é a da fundação da agência da ONU, em 16 de outubro de 1945.

Nos critérios da ONU, uma região está em situação de fome quando sua população enfrenta um cenário generalizado de desnutrição e a falta de acesso aos alimentos provoca mortalidade. Dados da própria organização indicam que mais de 700 milhões de pessoas em todo o mundo enfrentam a fome e quase 3 bilhões não têm condições de pagar pelo acesso a uma alimentação saudável.

O relatório de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2024, da FAO, estima que, em 2023, até 757 milhões de pessoas, ou 9,4% da população mundial, enfrentaram a fome. Na África, continente mais pobre do mundo, a situação chega a 20,4% da população (300 milhões de pessoas); na Ásia, 8,1% (385 milhões); na América Latina, 6,2% (40 milhões de pessoas); e na Oceania, 7,3% da população (3 milhões).

Outros dados relevantes – e preocupantes – do documento projetam que 582 milhões de pessoas estarão subnutridas no fim da década (até 2030) e que a insegurança alimentar afeta mais as mulheres do que os homens.

Na cerimônia promovida pela FAO em Roma, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, destacou a necessidade de ações para que o futuro não seja com bilhões de pessoas enfrentando a falta de alimentos.

“Algo está muito errado com um mundo em que a fome e a desnutrição são um fato da vida para bilhões de crianças, mulheres e homens. Os sistemas alimentares precisam de uma transformação massiva para se tornarem mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis”, disse.

Em mensagem lida no evento, o Papa Francisco disse que quem tem o poder de resolver e tomar medidas não pode esquecer a dimensão social do problema.

“Os tomadores de decisões políticas e econômicas em nível internacional devem ouvir as demandas daqueles que estão na base da cadeia alimentar, como os pequenos agricultores, e dos grupos sociais intermediários, como a família, que estão diretamente envolvidos na alimentação das pessoas”, afirmou.

Como está a fome no Brasil?

Novamente no Mapa da Fome desde 2022, o país possui 2,5 milhões de pessoas em insegurança alimentar severa. Significa, pelos critérios da FAO, que essa parte da população brasileira “está de fato sem acesso a alimentos e passa um dia inteiro ou mais sem comer”.

A condição pode levar a problemas graves de saúde e afetar o desenvolvimento e a formação cognitiva

na primeira infância, no caso das crianças.

O Brasil havia saído da lista em 2014, mas, com os números crescentes de pobreza, pobreza extrema e insegurança alimentar a nutricional no triênio 2019-2021, voltou a ser incluído.

Em cerimônia alusiva à data, em Brasília, o governo anunciou medidas de incentivo à produção orgânica e agroecológica, ao plantio de arroz, modernização de bancos de alimentos e de compra e doação de alimentos às cozinhas solidárias.

BNDES aprova R\$ 3,9 bilhões em crédito para projetos com biocombustível

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO De janeiro a outubro deste ano, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aprovou R\$ 3,9 bilhões em crédito para projetos de produção de biocombustíveis no Brasil — o dado contabiliza operações até o dia 10 deste mês.

Trata-se do segundo maior patamar da série histórica iniciada em 2005, segundo a instituição. Perde apenas para o período de janeiro a outubro de 2010 (R\$ 4,5 bilhões), no segundo governo Lula (PT).

Os dados do banco, aos quais a *Folha* teve acesso, consideram valores nominais — sem a correção pela inflação. De janeiro a outubro do ano passado, as aprovações haviam somado R\$ 1,3 bilhão.

José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, afirma que o crescimento em 2024 está associado à ampliação dos recursos do Fundo Clima. Em abril, o banco anunciou a assinatura de contrato com a União que destinou até R\$ 10,4 bilhões para o fundo, aporte recorde desde a criação da iniciativa, em 2009.

O montante deve ser usado pelo BNDES para o financiamento de projetos voltados à mitigação de impactos das mudanças climáticas, o que pode incluir empréstimos para o ramo de biocombustíveis. “Isso [crescimento das aprovações] mostra a volta do BNDES ao apoio de uma agenda verde e importante, que é a dos biocombustíveis.”

Gordon também associa a ampliação dos financiamentos à política industrial do governo federal e à demanda crescente por produtos como etanol de milho. “O mundo precisa se descarbonizar”, diz.

Em julho, Gordon já havia declarado à *Folha* que os financiamentos para o setor de biocombustíveis iriam crescer em 2024, sob efeito do Fundo Clima.

No fluxo do BNDES, a aprovação de crédito vem antes do desembolso dos recursos para as empresas.

Segundo Gordon, empréstimos voltados para biocombustíveis contam com taxa fixa de 6,15% ao ano, mais o spread do banco.

Terra caminha para aquecer 2,4°C com a demanda atual de energia

Giuliana Miranda

MADRI Embora a demanda por combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás) deva atingir seu pico antes do fim da década, havendo aumento expressivo do uso de fontes de energia renováveis, o cenário global não aponta para posterior redução acentuada das emissões de gases do efeito estufa.

Assim, o planeta está em trajetória de aquecimento de 2,4°C, bastante acima da meta preferencial de 1,5°C estabelecida pela comunidade internacional no Acordo de Paris e do limite considerado pelos cientistas para impedir os piores efeitos das mudanças climáticas.

As conclusões são do relatório anual da AIE (Agência Internacional de Energia).

As projeções indicam que o mundo está prestes a entrar em novo contexto de mercado energético, marcado por contínuos riscos geopolíticos, mas também por uma oferta relativamente abundante de diferentes combustíveis e tecnologias.

“Na segunda metade da década, a perspectiva de oferta mais abundante, ou mesmo excedente, de petróleo e gás natural, dependendo de como tensões geopolíticas evoluírem, nos colocaria num mundo energético muito diferente do que experimentamos nos últimos anos durante a crise energética”, diz Fatih Birol, diretor executivo da AIE.

O levantamento revelou que as fontes de energia com baixas emissões estão entrando em ritmo recorde no sistema energético. Os investimentos também estão crescendo, com fluxos destinados a energias limpas perto dos US\$ 2 tri.

Depois de aumento durante a pandemia, os custos da maioria das tecnologias de geração de energia renovável estão retomando uma trajetória de queda.

Embora isso contribua para ampliar a geração de energia renovável dos atuais 4.250 GW para quase 10 mil GW em 2030, no cenário de políticas declaradas (já oficialmente anunciadas ou implementadas pelos), a projeção está aquém da meta estabelecida na COP28, de triplicar essa capacidade.

Mas o resultado é “mais do que suficiente, em conjunto, para cobrir o crescimento da demanda global por eletricidade e impulsionar o declínio da geração de energia a carvão.”